

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.118 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 20 DE JUNHO DE 2000

Plenário vota hoje criação da Agência Nacional de Águas

Proposta provoca debate com a participação dos senadores Paulo Hartung, José Fogaça, Jefferson Péres, Lauro Campos, Heloísa Helena, Luiz Otávio, Leomar Quintanilha e Paulo Souto



O Plenário tem matérias importantes na pauta de hoje: criação da agência de águas, instituição de pisos salariais nos estados e duas propostas de emenda constitucional

Projeto de lei que cria a Agência Nacional de Águas (ANA) deve ser apreciado hoje pelo Plenário do Senado. Com pareceres favoráveis de três comissões do Senado, a proposta atribui à agência

reguladora, que deve funcionar como uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, a responsabilidade de implementar a política nacional de recursos hídricos.

PÁGINAS 4 E 5

Pisos salariais diferenciados estão na pauta

PÁGINA 6

SENADORES PODEM ANALISAR DUAS PECs

PÁGINA 6

CCJ analisa amanhã relatório de Tuma sobre Luiz Estevão

PÁGINA 3



Tuma (à mesa) leu ontem o relatório favorável aos procedimentos adotados no processo de cassação

CONGRESSO

**COMEÇA ÀS 19H
APRECIÇÃO DA
MP DOS BINGOS**

PÁGINA 2

CAE

**EMENDAS AO FUNDO
DE TELECOMUNICAÇÕES
SERÃO EXAMINADAS**

PÁGINA 7

CE

**ESTÁGIOS DEVEM
GANHAR NOVA
REGULAMENTAÇÃO**

PÁGINA 2

CRE

**SERVIÇO VOLUNTÁRIO
É OPÇÃO PARA JOVENS
DE 18 A 23 ANOS**

PÁGINA 7

Congresso vota hoje, às 19h, MP dos Bingos

Senadores e deputados irão se pronunciar sobre projeto de conversão de Maguito Vilela

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, convocou sessão do Congresso Nacional para hoje, às 19h, no Plenário da Câmara dos Deputados. Será apreciada a medida provisória (MP) que altera dispositivos da Lei Pelé e institui taxa a ser cobrada dos bingos para financiamento do esporte amador.

Os parlamentares do Senado e da Câmara irão votar projeto de lei de conversão apresentado pelo relator, senador Maguito Vilela (PMDB-GO), na comissão mista que examinou a medida provisória. A versão do parlamentar à iniciativa do Executivo foi aprovada por unanimidade pelo colegiado.

Durante a discussão da matéria na comissão mista encarregada de emitir parecer sobre o assunto,

Maguito acatou três emendas que modificaram a MP original. A principal delas alterou a redação do artigo que proíbe uma empresa privada de ser, direta ou indiretamente, possuidora de títulos ou deter participação de capital social de mais de um clube esportivo. A emenda proíbe a empresa de ter "ligações financeiras" com mais de uma sociedade desportiva participante da mesma modalidade.

Outra alteração foi a restituição, ao Fundo de Apoio ao Atleta Profissional (Faap), do desconto de 1% das transações internacionais quando o atleta for negociado com clube de outros países. O valor passará a ser pago pelo próprio atleta, e não mais pelos clubes, conforme previa o projeto de conversão anterior.

Comissão de Educação analisa direitos de estagiário

Projeto de lei que pretende garantir aos estagiários condições de trabalho apropriadas, tornando eficaz a proibição — já existente em lei — de que estudantes sejam utilizados como mão-de-obra barata, está na pauta da Comissão de Educação (CE), que se reúne hoje às 11h30. A matéria, de autoria do senador Ademir Andrade (PSB-PA), modifica a legislação reguladora da prática de estágios.

A proposta, relatada pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), fixa alguns benefícios para os estagiários, como a garantia de recebimento de bolsa de estudo com valor nunca inferior a um salário mínimo, seguro contra acidentes pessoais, trinta dias de fé-

rias após cada período de 12 meses de trabalho e a possibilidade de dispensa durante o período de provas, entre outros. O projeto está sendo apreciado em caráter terminativo.

A pauta da comissão, presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), inclui também dois projetos de autoria do senador Romero Jucá (PSDB-RR), que receberam pareceres favoráveis do relator, senador Luiz Estevão (PMDB-DF). Um deles propõe que a ponte sobre o rio Branco, na BR-174, em Caracará (RR), seja denominada Vieira de Sales Guerra. O outro refere-se a trecho da BR-401, em Roraima, que o senador propõe denominar Rodovia Sylvio Lofêgo Botelho.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 20 DE JUNHO DE 2000

Presidente
Antonio Carlos Magalhães

15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária do Senado Federal
19h — Preside Sessão Conjunta do Congresso Nacional. *Plenário da Câmara dos Deputados*

PLENÁRIO

14h30 — *Sessão deliberativa ordinária*

Pauta: PLC nº 19/2000, que autoriza os estados e o Distrito Federal a instituírem o piso salarial a que se refere o inciso V do art. 7º da Constituição federal, por aplicação do disposto no parágrafo único do seu art. 22; PR nº 8/2000, que autoriza os municípios a contratarem operações de crédito com a Caixa Econômica Federal, destinadas à implantação de programas de fortalecimento e modernização da máquina administrativa municipal; PR nº 18/2000, que autoriza os municípios a contratarem operações de crédito com a Caixa Econômica Federal destinadas à implantação de programas de fortalecimento e modernização da máquina administrativa municipal; PR nº 59/2000, que autoriza o estado de São Paulo a conceder contragarantia na operação de crédito a ser realizada entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 200 milhões, cujos recursos serão destinados ao financiamento do Programa de Despoluição do Rio Tietê — Etapa II; PR nº 61/2000, que autoriza o Brasil a conceder garantia à operação de crédito externa, a ser contratada pelo Banco do Nordeste do Brasil, no valor equivalente a até US\$ 50 milhões, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) (Crediamigo); PLC nº 27/99, que regulamenta o art. 225, parágrafo 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição federal, e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza; terceiro e último dia de discussão, em segundo turno, da PEC nº 24/99, que dá nova redação à alínea "c" do inciso I do art. 12 da Constituição federal (nacionalidade brasileira); quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 11/2000, que dá nova redação ao inciso I do parágrafo 1º do art. 73 da Constituição federal (preenchimento do cargo de ministro do Tribunal de Contas da União); PDL nº 219/99, que aprova o ato que renova a concessão do Rádio Excelsior para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Paulo (SP); PDL nº 237/99, que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Champagnat para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Curitiba (PR); PDL nº 244/99, que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Pedro Três para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vila Velha (ES); e PDL nº 279/99, que aprova o ato que outorga concessão à Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ijuí (RS).

19h — *Sessão Conjunta do Congresso Nacional*

Pauta: apreciação do relatório referente à MP nº 2.011-8, que altera dispositivos da Lei nº 9.615/98 (bingos). *Plenário da Câmara dos Deputados*

COMISSÕES

Terça-feira

10h — *Comissão de Assuntos Econômicos*

Pauta: PLC nº 60/99, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações; PLC nº 22/2000, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 87/96, que dispõe sobre o imposto dos estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação; PRS nº 25/2000, acrescenta incisos V, VI, VII, VIII e IX ao artigo 3º da Resolução nº 78/98, do Senado, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; Ofício "S" nº 28/2000, que encaminha ao Senado solicitação do governo do estado de Santa Catarina para cancelar o registro, na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (Cetip), de 170 mil Letras Financeiras do Tesouro de Santa Catarina (LFTESC), de propriedade do Fundo de Liquidez da Dívida Pública daquele estado, emitidas para pagamento de precatórios, cujo valor correspondia a R\$ 402,8 milhões; Mensagem nº 126/2000, que submete à apreciação do Senado a escolha do nome de João Grandino Rodas para exercer o cargo de presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça, com mandato de dois anos; Mensagem nº 127/2000, que submete à apreciação do Senado a escolha do nome de Thompson Almeida Andrade para exercer o cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça, com mandato de dois anos; Mensagem nº 128/2000, que submete à apreciação do Senado a escolha do nome de Celso Fernandes Campilongo para exercer o cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça, com mandato de dois anos; e Mensagem nº 129/2000, que submete à apreciação do

Senado a escolha do nome de Afonso Arinos de Mello Franco Neto para exercer o cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

11h30 — *Comissão de Educação*

Pauta: PLS nº 387/99, modifica dispositivos da Lei nº 6.494/77, que dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante do 2º grau e supletivo; PLS nº 129/2000, que denomina Ponte José Vieira de Sales Guerra a ponte sobre o rio Branco, na BR-174, no município de Caracará (RR); PLS nº 131/2000, que denomina Rodovia Sylvio Lofêgo Botelho trecho da BR-401, no estado de Roraima; PLS nº 9/2000, altera o art. 2º da Lei nº 8.001/90, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990/89; PDLs que aprovam atos de outorga e renovação de concessões, permissões e autorizações para serviço de radiodifusão sonora; e PDL nº 14/2000, que aprova o ato que renova a concessão da TV Globo de Juiz de Fora para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (TV) na cidade de Juiz de Fora (MG). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

17h30 — *Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional*

Pauta: Mensagem nº 121/2000, que submete à apreciação do Senado o nome de Ricardo Luiz Viana de Carvalho para, cumulativamente com a função de embaixador do Brasil junto à República do Zimbábue, exercer também a função junto à República do Malawi; e PLC nº 58/99, que estabelece normas gerais para a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas polícias militares e nos corpos de bombeiros militares. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 5*

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quarta-feira

14h30 — *Sessão deliberativa ordinária*

Pauta: PLC nº 20/2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das agências reguladoras; primeiro dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 86/99, que altera os artigos 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde; PLC nº 73/97, que institui a Semana Nacional de Combate e Prevenção ao Câncer de Próstata; PDL nº 239/99, que aprova o ato que renova a concessão da Orlândia Rádio Clube para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Orlândia (SP); PDL nº 269/99, que aprova o ato que outorga concessão à Fundação de Pesquisa, Planejamento e Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Toledo (Fundação Toledo) para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Toledo (PR); PDL nº 52/2000, que aprova o ato que outorga a concessão à Rádio FM da Ilha para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra de Coqueiros (SE); PDL nº 93/2000, que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cultural e Educacional de Itajaí para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Itajaí (SC); PDL nº 47/2000, que aprova o texto do Acordo sobre a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviço, celebrado entre os governos do Brasil e de Angola; e PLS nº 124/99, que estabelece normas de acesso ao Sistema de Administração Financeira (Siafi) e outros sistemas de informações de órgãos públicos.

Sexta-feira

9h — *Sessão não deliberativa*

COMISSÕES

10h — *Comissão mista destinada a apreciar a MP 1.988-21, que dispõe sobre as operações com recursos dos fundos constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827/89.*

Pauta: discussão do relatório. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

Após a Ordem do Dia — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Representação nº 2/99, oferecida para apurar quebra de decoro parlamentar do senador Luiz Estevão. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

ESPECIAL

Quarta-feira

12h — *Cultura ao Meio-Dia*

Filme: *Como enlouquecer seu chefe*, de Mike Judge. *Auditório Petrônio Portella*

18h30 — O senador Lúcio Alcântara, presidente do Instituto Teofônio Vilela, convida para o pré-lançamento do filme *Milagre em Juazeiro*, de Wolney Oliveira. *Auditório Petrônio Portella*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Morais
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Relatório de Tuma considera legal o processo de cassação de Luiz Estevão

Em parecer apresentado ontem à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador paulista afirma que não houve usurpação de competência do Judiciário

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) concluiu pela inexistência de vícios de constitucionalidade, legalidade e juridicidade no processo que trata da cassação do mandato do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) por quebra de decoro parlamentar. Ele analisou a tramitação da representação oferecida pelos partidos da oposição contra Estevão e o parecer favorável à cassação, elaborado pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM) e aprovado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Ontem, como relator do processo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Tuma leu as 18 páginas de seu relatório em reunião realizada no final da tarde.

O senador esclareceu que não caberia ao fórum atual – a CCJ – o exame do mérito da representação. “Esta questão é pertinente à consciência dos parlamentares, inclusive dos componentes desta comissão, a respeito da qual cada um se manifestará, oportunamente, por voto secreto”, explicou. Ele fez um breve histórico do processo, negando todos os questionamentos levantados pela defesa de Estevão, principalmente quanto à argumentação de que o parecer de Jefferson teria se baseado em processos que ainda estão tramitando no Supremo Tribunal Federal e no Ministério Público.

Tuma lembrou que o fato de algumas das condutas do parlamentar estarem sob análise do Poder Judiciário não exclui a competência constitucional do Senado, que pode aplicar a sanção disciplinar independentemente das conclusões de investigações conduzidas em outros órgãos ou da existência de sanções penal e civil delas decorrentes.

Tuma lembrou ainda que, apesar de poder servir de subsídio para nortear procedimentos do Conselho de Ética, o Código de Processo Penal não deve ser aplicado no que divergir dos procedimentos regimentais do Senado. “Esta é uma questão *interna corporis* da Casa Legislativa e o processo criminal é de competência de um tribunal do júri”, acentuou, afirmando que não houve usurpação de competência.

– Os senadores possuem prerrogativas decorrentes de sua posição que lhes possibilitam uma atuação ativa perante o Conselho de Ética, o que, por si só, afasta a incidência de



Tuma (com Agripino e o advogado Amodeo) não constatou vícios na atuação do Conselho de Ética

regras processuais penais relativas ao tribunal do júri. Não houve usurpação de competência do Judiciário, como afirma a defesa – frisou.

O relator na CCJ também observou que a Constituição prevê a perda de mandato como única sanção em consequência de conduta incompatível com o decoro parlamentar, e que para isso não é considerado o número de atos praticados pelo acusado. Já o Direito Penal pune com mais gravidade e imputa penas diferentes a crimes diferentes, explicou.

Ao analisar mais uma dúvida levantada pelos advogados de Estevão, a de que Jefferson Péres deveria ter solicitado averiguação de outras ocorrências incluídas em seu relatório, Tuma afirmou: “Elas foram apenas citadas. É absolutamente pertinente o término dessa instrução. Atende aos reclamos da nação a preocupação de não procrastinar o processamento da representação, pois o Legislativo tem outras relevantíssimas questões que esperam solução. O Senado não pode

ter a atenção dos seus membros voltada para determinada questão por tempo superior ao necessário”.

Romeu Tuma concluiu seu relatório com a transcrição *ipsis litteris* de dois votos, um proferido pelo ministro Paulo Brossard e outro pelo ministro Octávio Galloti, em julgamento de mandados de segurança. Ambos defendem a mesma posição assumida pelo senador quanto à diferença de natureza entre os processos disciplinares e os processos criminais.

Votação na Comissão de Justiça será amanhã, às 10h

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador José Agripino (PFL-RN), concedeu vista coletiva do relatório do senador Romeu Tuma favorável aos procedimentos adotados no processo de cassação do mandato do senador Luiz Estevão por quebra de decoro parlamentar. O texto deve ser submetido à votação na CCJ em reunião marcada para as 10h de amanhã. Até lá, todos os senadores e os advogados de defesa poderão examinar o processo, o parecer do conselho e o relatório de Tuma.

Agripino explicou que na reunião de amanhã a defesa terá 50 minutos para manifestar-se, tempo que será igualmente concedido ao relator. Os senadores membros, suplentes e não-membros poderão utilizar até dez minutos para expor suas posições, inclusive o senador Luiz Estevão, todos com direito a apertes. Tuma e a defesa terão então outros dez minutos cada um para conside-

rações finais antes da votação.

Diferentemente do que ocorreu no Conselho de Ética, observou Agripino, na CCJ o senador poderá fazer o encaminhamento de votação. No conselho, o procedimento não foi possível porque violaria o caráter secreto do voto, já que ali foram analisados os aspectos de mérito da representação contra Estevão. Já na CCJ, acrescentou, será feita apenas a abordagem das características processuais da matéria.

Agripino também anunciou que a CCJ adotará o mesmo modelo de votação do conselho. O senador receberá dois envelopes e três votos: “sim”, “não” e “abstenção”. Escolherá seu voto, colocará no envelope e o depositará na urna de votação. No outro envelope, depositará os dois votos que pretender desprezar. O “sim” representará anuência com a opinião do relator. São necessários 12, dos 23 votos da CCJ, para aprovação do relatório.

ACM diz que Senado está garantindo ampla defesa

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, contestou na manhã de ontem as queixas do advogado Felipe Amodeo em torno de supostas limitações ao direito de defesa do senador Luiz Estevão durante o julgamento da representação contra ele pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Casa. “Não há nada disso, o Senado está cumprindo os prazos e dando todo o direito de defesa, como é nossa obrigação fazer, mas também não vamos deixar de fazer o julgamento, porque é nosso dever”, afirmou Antonio Carlos.

O conselho aprovou, na madrugada de quinta-feira, parecer do senador Jefferson Péres pedindo a cassação do mandato de Luiz Estevão. Na ocasião, a defesa de Estevão – tendo à frente Felipe Amodeo – e o próprio senador argumentaram junto aos integrantes do conselho, negando as acusações sobre a participação de suas empresas nas irregularidades envolvendo a construção do fórum trabalhista do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. A matéria está agora em exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Estevão se ressentido apenas do “linchamento” pela imprensa

Em entrevista concedida após a reunião da CCJ, o senador Luiz Estevão afirmou que não se considera abandonado por quem quer que seja, e que apenas se ressentido do fato de a imprensa, de um modo geral, haver feito seu julgamento, condenação e linchamento, sem que a Justiça tenha proferido qualquer decisão.

Estevão disse que, apesar de confiante em um final que provará sua inocência, não visualiza novas argumentações para a reunião de votação do relatório de Romeu Tuma na CCJ. O documento considera legal o processo que tramitou no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e que resultou na recomendação de cassação do mandato de Estevão.

– Pessoalmente não terei, na comissão, condição de produção de material como tive no conselho, pois não entendo dos procedimentos jurídicos. Mas minha defesa cuidará disso. Também não sei se vou me manifestar nesse dia – observou o senador.

Ele informou ainda que, caso seja convidado a depor na Polícia Federal em horário concomitante com o da reunião da CCJ, pedirá o adiamento do depoimento. Do contrário, disse, tentará conciliar, pois “quanto mais rápido esse processo for concluído, melhor”.

Estevão reclamou do fato de não haver nenhum órgão de competência revisional no âmbito do Congresso para processos semelhantes ao seu e voltou a negar que tenha tido envolvimento com a principal acusação que lhe é imputada, a de participação nas obras superfaturadas do prédio do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo.



Estevão não sabe ainda se vai se manifestar na reunião da CCJ

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

Criação da ANA será decidida hoje pelo Plenário

Requerimento das lideranças partidárias aprovado ontem pelo Plenário adiou a apreciação do projeto de lei que cria a Agência Nacional de Águas (ANA) para a sessão deliberativa de hoje. Com três pareceres favoráveis emitidos pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Assuntos Sociais (CAS) e Serviços de Infra-Estrutura (CI), o projeto cria a agência reguladora sob o formato de autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, com a responsabilidade de implementar a política nacional de recursos hídricos.

A matéria tramitou em regime de urgência constitucional e as três comissões permanentes seguiram os pareceres dos relatores – Bernardo Cabral (PFL-AM) na CCJ, Sérgio Machado (PSDB-CE) na CAS e Gilvam Borges (PMDB-AP) na CI – pela rejeição de 11 emendas apresentadas.

Nas discussões ocorridas antes da decisão pelo adiamento, alguns senadores defenderam as emendas que modificam o projeto. Os parlamentares argumentaram que, se aprovadas, haveria tempo suficiente para a Câmara apreciar as mudanças do Senado antes do recesso parlamentar. Os autores das emendas – senadores Paulo Souto (PFL-BA), Heloísa Helena (PT-AL) e Marina Silva (PT-AC) – entraram com recurso para assegurar que as emendas sejam apreciadas pelo Plenário como destaques para votação em separado (DVSs).

Encaminhado ao Congresso pelo presidente da República, o projeto determina que a ANA implante o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, tarefa que, segundo o governo, exigirá capacitação técnica para enfrentar dois problemas nacionais: as secas prolongadas no Nordeste, de modo a equacionar a oferta de água, e a poluição dos rios, decorrente da utilização desarticulada dos recursos hídricos.

A proposta inclui, entre as competências da ANA, autoridade para outorgar direito de uso das águas de rios de domínio da União, além de estabelecer condições de operação de reservatórios e promover ações para minimizar efeitos de secas e inundações. A agência deverá ainda priorizar o atendimento a regiões em que a água seja insuficiente ou de baixa qualidade. O projeto também classifica a água disponível nos rios e represas como para consumo, para diluição de esgotos e como bem de natureza econômica.



Requerimento das lideranças partidárias transferiu para hoje a deliberação sobre a proposta

Hartung defende aprovação de emendas

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) defendeu a criação da Agência Nacional de Águas (ANA), mas considerou que o Senado pode aperfeiçoar o projeto, mesmo que isso atrase a tramitação da matéria. O senador é favorável à aprovação de emendas, como a de autoria do senador Paulo Souto (PFL-BA) que submete ao exame do Congresso Nacional a trans-

posição de rios.

– O projeto é importante e traz sérias reflexões sobre o uso da água no país. Muitas empresas poluem rios que fornecem água bruta e não pagam nada por isso. Isso acontece também com as empresas públicas de água e esgoto, que tratam apenas 10% a 18% do esgoto, muitas vezes lançando dejetos *in natura* nos rios, lagos e mares – disse.



Hartung: o Senado pode aperfeiçoar o projeto

Fogaça destaca independência da autarquia

O caráter independente e a autonomia da futura Agência Nacional de Águas (ANA) como linhas mestras para a condução das ações da autarquia foram destacados pelo senador José Fogaça (PMDB-RS). O parlamentar também elegeu o instituto do mandato fixo de quatro anos para os diretores, indicados pelo presidente da República. Segundo ele, isso garantirá



Para Fogaça, autonomia garantirá política de longo prazo

a autonomia em relação a governos passageiros e a visão de longo prazo nas políticas a serem adotadas em relação aos recursos hídricos brasileiros.

Fogaça apontou como falha do projeto a não exigência de que os indicados para os cargos de direção na ANA sejam sabatinados pelo Senado, como ocorre em relação às demais agências reguladoras. O senador chegou

a apresentar emenda corrigindo a falha, mas, após entendimento com o líder do governo, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), foi firmado compromisso para resolver a questão, mesmo que seja por meio de medida provisória.

Arruda confirmou o acordo e o compromisso do governo em dar tratamento equânime a todas as agências reguladoras através do Projeto de Lei Complementar nº 20, que determina aprovação prévia do Senado para os indicados à direção das agências.

Para Jefferson, projeto não é claro sobre competência da ANA

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) levantou dúvida a respeito de uma das competências da Agência Nacional de Águas (ANA), cujo projeto de criação foi debatido ontem pelo Plenário do Senado. Segundo afirmou, consta da ementa do projeto que a ANA será o órgão de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos. No entanto, dis-

se o senador, o texto do projeto de lei não apresenta a mesma determinação, que ficaria com o Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Jefferson pediu que algum dos relatores da proposta esclarecesse a questão.

O senador Sérgio Machado (PSDB-CE) afirmou que a ANA irá coordenar a elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Ele esclareceu ainda



Jefferson: dúvidas sobre o papel da agência

que o assunto será tratado com mais profundidade hoje durante a votação da matéria. O projeto não foi votado ontem devido a requerimento de adiamento apresentado pelas lideranças partidárias.

Lauro Campos quer plebiscito sobre agências reguladoras

Na discussão do projeto que cria a Agência Nacional de Águas (ANA), o senador Lauro Campos (PT-DF) sugeriu a realização de plebiscito para verificar se o povo brasileiro deseja que o governo mantenha a política de agências reguladoras. Na opinião do parlamentar, após a criação das agências vários preços de serviços foram aumentados e hoje a população lida com situações como combustíveis adulterados por incapacidade de fiscalização do órgão competente. O senador lembrou que a gasolina terá mais 11% de aumento no próximo mês.

– Ar e água eram bens livres. Agora a água será um bem limitado, apropriado em todas as suas etapas. Depois de cobrar, não pelo serviço de tratamento, e sim pela água em si, só falta o governo colocar um aparelho nos brasileiros para medir a respiração e cobrar pelo ar. Em seguida criarão a Anar, Agência Nacional do Ar – disse.

Lembrando ter debatido diversas vezes com o então ministro das Comunicações Sérgio Motta sobre o modelo de agências reguladoras, o senador afirmou que o governo adotou o atual modelo por não querer se responsabilizar pelas mazelas do país. Lauro acredita que as agências, apesar de serem consideradas independentes, seguem o mesmo padrão do Banco Central, “supostamente independente mas que retira seus diretores de outros bancos”.



Lauro: agências reguladoras não têm garantido preços baixos dos serviços

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

Heloísa teme que órgão tenha poderes excessivos

Para evitar que a nova agência tenha excessiva independência, ela defende emendas rejeitadas pelos relatores que examinaram a matéria nas comissões de Constituição e Justiça, de Assuntos Sociais e de Serviços de Infra-Estrutura

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) afirmou que o projeto que cria a Agência Nacional de Águas (ANA) dá excessiva autonomia ao órgão, “criando uma instância independente, inclusive em relação ao Poder Executivo”. Ela defendeu 11 emendas apresentadas ao projeto e rejeitadas pelos relatores designados pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Assuntos Sociais (CAS) e Serviços de Infra-Estrutura (CI). Contestou também a alegação de que qualquer modificação ao texto aprovado na Câmara atrasará a apreciação final da matéria. “Não é justo, nem verdadeiro nem lícito que essa desculpa seja utilizada para rejeitar as emendas”, disse.

Em oposição aos três relatores, a senadora defendeu que o Senado tenha a prerrogativa de apreciar os nomes dos cinco diretores da ANA a serem indicados pelo presidente da República. Outro aspecto a ser modificado no projeto, a seu ver, refere-se à aplicação das receitas acumuladas pela ANA: em vez de a própria agência determinar como os recursos serão utili-



zados, ela sugere que as receitas sejam administradas pelos comitês de bacia previstos no projeto. “Os estados onde existem bacias hidrográficas é que deveriam definir a aplicação das receitas.”

A senadora acrescentou que o projeto deve fixar claramente que a ANA obedecerá



Heloísa: ANA não pode definir a aplicação de suas receitas

às diretrizes do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, sob pena de o projeto acabar criando duas instâncias com as mesmas prerrogativas.

— Todas as emendas apresentadas apontam para a preservação do que foi construído com a lei que criou o conselho — observou.

Luiz Otávio pede assistência a populações ribeirinhas

O senador Luiz Otávio (sem partido-PA) manifestou apoio ao projeto que cria a Agência Nacional de Águas (ANA), mas cobrou uma contrapartida do governo federal que se traduza em benefícios para as populações das áreas onde se localizam bacias hidrográficas, so-



Luiz Otávio: povos ribeirinhos sequer têm água encanada

bretudo na região amazônica.

Ele citou como exemplo as populações ribeirinhas de São Félix do Xingu — com 100 mil habitantes — e Jacareacanga, no seu estado. Apesar de habitarem as margens de rios, informou o senador, elas até hoje não dispõem de água encanada.

O senador criticou ainda a não-liberação de recursos, por parte do Executivo, para a conclusão das eclusas de Tucuruí.

Ele fez um apelo ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que libere os recursos necessários ao término da barragem, salientando que o Pará, como todos os demais estados da região amazônica, “precisam ter o retorno social à altura de sua potencialidade hídrica”.

Quintanilha acredita em recuperação de mananciais

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) anunciou ao Plenário o voto favorável do seu partido ao projeto que cria a Agência Nacional de Águas (ANA). Ele destacou que a iniciativa é importante porque vai regular o uso da água não apenas para o consumo, mas também para a navegação, para a prática da piscicultura e para a produção de energia elétrica.

— Além de regulamentar o uso das águas, a agência seguramente vai abrir um caminho para discus-

são da recuperação de tantos importantes mananciais que a irresponsabilidade do homem acabou por findar — opinou Leomar Quintanilha.

Em seu pronunciamento de apoio à nova agência, Leomar Quintanilha destacou que, no terceiro milênio, a água merecerá uma atenção especial, sobretudo com relação à sua utilização adequada. Ele destacou que várias regiões no mundo já sofrem com a escassez de água.



Leomar Quintanilha informou ao Plenário que o PPB votará a favor da criação da ANA

Souto diz que Congresso deve aprovar transposição de rios

Por meio de duas emendas, o senador Paulo Souto (PFL-BA) quer assegurar, no projeto de criação da Agência Nacional de Águas (ANA), o exame pelo Congresso Nacional da transposição de rios de bacias diferentes e das obras de aproveitamento de recursos hídricos que extrapolem os limites dos estados em que sejam implantadas.

Na opinião do senador, a agência representa um avanço no que diz respeito ao gerenciamento dos recursos hídricos do país, mas decisões como a de transpor águas de uma bacia hidrográfica a outra merecem audiência do

Congresso. Tais decisões, no entendimento do senador, podem trazer conflitos entre unidades da Federação e “não há órgão mais capaz de mediar esses conflitos que o Congresso”.

Como a senadora Heloísa Helena (PT-AL), Paulo Souto disse estar convencido da necessidade de aperfeiçoar o projeto de criação da ANA, ao qual ofereceu duas emendas. No seu entender, eles não trarão prejuízo algum à tramitação do projeto, além de protegerem a União ao permitirem que decisões tão importantes sejam legitimadas pelo Poder Legislativo.



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

SEGUNDA-FEIRA, 19 DE JUNHO DE 2000

- 1**

Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2000. Presidente da República. Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas (ANA), entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências.

Resultado: Lido e aprovado requerimento de adiamento da discussão da matéria a fim ser realizada na sessão deliberativa ordinária de 20.6.2000. A matéria retorna à Ordem do Dia da sessão deliberativa de amanhã.
- 2**

Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 1999. Senador Lúcio Alcântara e outros. Dá nova redação à alínea “c” do inciso I do art. 12 da Constituição federal (nacionalidade brasileira).

Resultado: Encerrado o segundo dia de discussão, em segundo turno. A discussão da matéria terá prosseguimento na sessão deliberativa ordinária de amanhã, para o terceiro e último dia de discussão em segundo turno, e votação.
- 3**

Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2000. Senador Bernardo Cabral e outros. Dá nova redação ao inciso I do § 1º do art. 73 da Constituição federal (condição de nomeação de auditor para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União).

Resultado: Encerrado o quarto dia de discussão, em primeiro turno. A discussão da matéria terá prosseguimento na sessão deliberativa ordinária de amanhã, para o quinto e último dia de discussão em primeiro turno, e votação, se não houver emendas.
- 4**

Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 1994. Renova a concessão outorgada à Rádio Panati OM, de Patos (PB).

Resultado: Aprovado. À promulgação.
- 5**

Projeto de Decreto Legislativo nº 66, de 1994. Renova a permissão outorgada à Rádio Araguaia Ltda. (FM), de Brasília (DF).

Resultado: Aprovado. À promulgação.
- 6**

Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 1999. Renova a concessão da Rádio Difusora OM, de Guarapuava (PR).

Resultado: Aprovado. À promulgação.
- 7**

Projeto de Resolução nº 51, de 2000 (MSF nº 81/2000). CAE. Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de oitocentos e vinte e quatro mil, trezentos e sessenta e seis euros, com o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

Governo é autorizado a fazer empréstimo com banco alemão

Recursos serão utilizados para importar bens e serviços médico-hospitalares destinados aos hospitais universitários

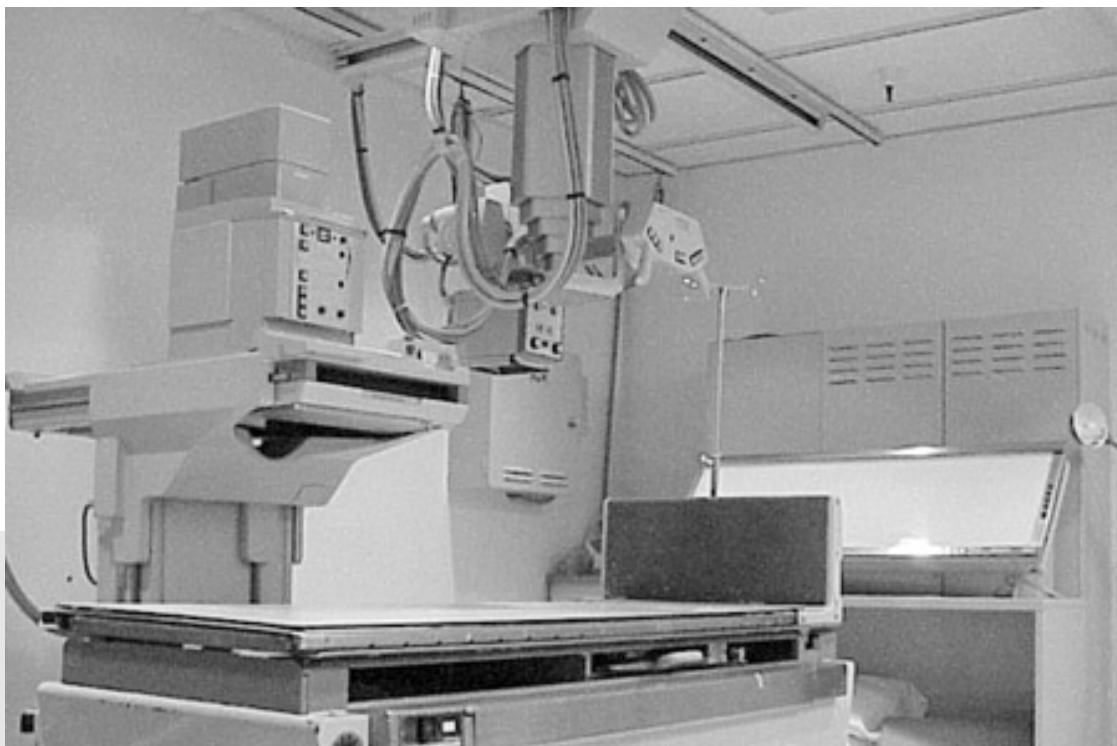
O governo federal foi autorizado pelo Plenário do Senado a efetuar empréstimo externo no valor de 824.366 euros para financiar 15% da importação de bens e serviços médico-hospitalares junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), operação cujo valor total deverá alcançar 5,5 milhões de euros. O percentual refere-se ao sinal da operação.

A importação será feita no âmbito

do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários, coordenado e executado pela Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação. O programa tem por objetivo melhorar a qualificação dos alunos dos cursos das universidades federais e de profissionais na área de saúde e residência

médica. Os equipamentos e serviços serão fornecidos pela empresa Dornier Medizintechnik GmbH.

Contra a aprovação, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) registrou que a operação de crédito é "mais um dos oito empréstimos que aumentam o endividamento do Brasil" e que o governo não esclareceu os critérios que utilizou para definir a distribuição dos equipamentos.



A importação dos equipamentos faz parte de programa planejado e executado pelo Ministério da Educação

Plenário discute PEC que permite o registro de filhos de brasileiros nascidos no exterior

Transcorreu ontem o segundo dia de discussão, em segundo turno, da proposta de emenda constitucional (PEC) do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que redefine as condições que caracterizam a nacionalidade. O objetivo do parlamentar é corrigir a interpretação dada ao nascimento de filhos de brasileiros no exterior, visto que os consulados têm entendido que o registro dessas crianças só pode ser feito em cartório localizado no Brasil.

A matéria foi aprovada em primeiro turno por 58 votos a favor e nenhum contra e a partir de hoje, com o transcurso do último dia de discussão, estará em

condições de ser votada em segundo turno pelo Plenário.

TCU

Ontem também foi o quarto dia de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) que altera os limites mínimo e máximo de idade a que estão sujeitos os candidatos a ministro do Tribunal de Contas da União (TCU).

O texto estabelece que o limite máximo de 65 anos para nomeação de ministro não deve aplicar-se aos auditores do tribunal. Hoje, quinto e último dia de discussão, a matéria deverá ser votada em primeiro turno.

Três emissoras de rádio têm suas concessões renovadas

Três projetos de decreto legislativo renovando concessões de emissoras de rádio foram aprovados ontem pelo Plenário do Senado. Pela decisão, as seguintes emissoras poderão continuar explorando serviços de radiodifusão: Rádio Panati, de Patos (PB); Rádio Araguaia, de Brasília (DF); e Rádio Difusora de Guarapuava (PR).



Os senadores também devem votar hoje projeto que autoriza o estado de São Paulo a tomar financiamento para as obras de despoluição do rio Tietê

Senado decide hoje sobre permissão para que estado fixe piso salarial

Em regime de urgência, o Senado delibera hoje sobre projeto do governo que autoriza os estados e o Distrito Federal a instituir piso salarial para os trabalhadores que não tenham remuneração definida em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho.

O projeto determina que a fixação desse piso salarial não poderá ser feita no segundo semestre do ano em que se verificar eleição para governador, deputados estaduais e distritais. Estabelece também que esse piso não poderá ser fixado em relação à remuneração de servidores públicos municipais e dispõe que ele poderá ser estendido aos empregados domésticos.

Também de iniciativa do governo, deverá ser votado projeto instituindo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, o qual tem como objetivos a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos, o desenvolvimento sustentável e a garantia de

subsistência das populações tradicionais residentes em Unidades de Conservação de Uso Sustentável.

Deverá ainda ser apreciado projeto que autoriza o estado de São Paulo a conceder contragarantia ao governo brasileiro em operação de crédito a ser realizada entre a Companhia de Saneamento Básico do estado (Sabesp) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A operação será no valor de US\$ 200 milhões e o dinheiro se destinará ao financiamento da segunda etapa do Programa de Despoluição do Rio Tietê.

Também aguardam votação projetos de resolução que autorizam municípios a contraírem empréstimos com a Caixa Econômica Federal para a implantação de programas de fortalecimento e modernização da máquina administrativa municipal.

Na mesma sessão, o Plenário decide se outorga concessão para o funcionamento de diversas emissoras de rádio.

Lançamento de plano de segurança é positivo, diz ACM

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, manifestou sua expectativa de que o Plano Nacional de Segurança Pública, a ser anunciado hoje no Palácio do Planalto, "atenda à realidade que o Brasil vive, que é terrível". O senador avalia que o lançamento do plano, em si, já é uma coisa positiva, pois entende que a proposta receberá observações para que possa ser melhorada.

O senador disse que até agora o

Congresso Nacional não foi chamado a participar com sugestões para o plano de segurança pública. "Mas tenho certeza de que nossas observações o presidente vai levar em conta, pois são observações da lógica e de quem tem contato direto com o povo brasileiro", acrescentou. Dentro desse quadro, Antonio Carlos confirmou a disposição de acelerar a votação do projeto que proíbe o porte e o comércio de armas no país, já aprovado pela CCJ.

CAE aprecia emendas ao fundo de telecomunicações

Também está na pauta da comissão, em reunião prevista para hoje, o exame da indicação, pelo presidente da República, do presidente e três conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica

Hartung espera que Câmara aprove Lei das S.A. antes do recesso

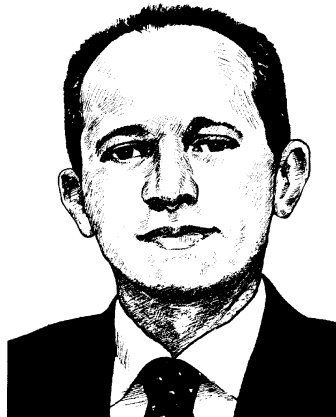
O senador Paulo Hartung (PPS-ES) afirmou, em discurso feito ontem no Plenário, ser imprescindível que a Câmara dos Deputados vote antes do recesso de julho o projeto da nova Lei das Sociedades Anônimas (S.A.). Desse modo, espera ele, o Senado poderá começar a examinar a matéria em agosto e aprovar ainda neste ano "mais esse mecanismo de modernização da nossa economia". Hartung destacou que na semana passada havia expectativa de aprovação da matéria na Câmara, mas a votação foi adiada.

Ele informou que a matéria, já acolhida pelas comissões de Economia, Indústria e Comércio e de Finanças e Tributação da Câmara, traz, entre suas inovações, a criação de mecanismos fortes de fiscalização do mercado de ações, ao mesmo tempo em que protege o pequeno aplicador.

O senador destacou que a nova lei dá à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) um caráter fiscalizador na proteção de investidores e define os crimes contra o mercado de capitais – como manipulação do mercado e uso indevido de informações privilegiadas.

– Há nos meios produtivos em nosso país uma grande expectativa por medidas que garantam o crescimento econômico, para que a indústria, o comércio e o setor de serviços possam começar a gerar

desenvolvimento, com reflexo direto na melhoria das condições de vida da nossa sociedade. O mercado acionário é uma oportunidade entre outras, mas para isso é indispensável a modernização da Lei das Sociedades Anônimas – afirmou.



Paulo Hartung

A iniciativa do governo de apresentar um novo modelo de privatização para Furnas Centrais Elétricas, pulverizando as ações, é um indicativo da urgência de uma nova lei sobre as S.A., salientou Paulo Hartung. "Para pulverizar as

ações da empresa, será preciso mudar o contrato de concessão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), compatibilizar a Lei das S.A. e até alterar normas do BNDES que exigem como garantia de empréstimos o aval do controlador", explicou.

Na opinião do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), manifestada em aparte, a nova Lei das Sociedades Anônimas "dará mais credibilidade ao mercado de capitais".

Paulo Hartung elogiou ainda entrevista do ministro do Desenvolvimento, Alcides Tápias, afirmando que o governo pretende, depois de votada a reforma tributária, enviar projeto de lei ao Congresso acabando com os impostos em cascata, como o Cofins e o PIS, que são cobrados sobre o faturamento das empresas e se acumulam nas etapas da produção.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examina hoje, às 10h, emendas apresentadas em Plenário ao projeto de lei que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). O projeto prevê a aplicação de recursos na instalação de serviços de telefonia e de transmissão de dados (Internet) em comunidades carentes e do interior, conforme determina a lei que trata da privatização do Sistema Telebrás.

As seis emendas apresentadas foram analisadas pelo relator da matéria, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que se manifestou favorável ao acolhimento de apenas uma delas, a que acrescenta às competências da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) a atribuição de definir a forma como serão aplicados os recursos do Fust.

Também está na pauta da CAE o exame de solicitação do governo de Santa Catarina para cancelar o registro na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (Cetip) de 170 mil Letras



Seis emendas ao Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações serão discutidas hoje pela CAE

Financeiras do Tesouro de Santa Catarina, de propriedade do Fundo de Liquidez da Dívida Pública daquele estado.

As Letras Financeiras foram emitidas para o pagamento de precatórios judiciais, cujo valor, em 29 de fevereiro último, correspondia a R\$ 402,8 milhões. Na última reunião da CAE, que é presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), foi concedida vista da matéria ao senador José Eduardo Dutra (PT-SE). O parecer do relator, senador Wellington Roberto (PMDB-PB), é

pela liberação dos títulos para fins de cancelamento, como solicita o governo catarinense.

Também está na pauta da CAE a apreciação da indicação, pelo presidente da República, do presidente e de três conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Foram indicados João Grandino Rodas para presidente e Thompson Almeida Andrade, Celso Fernandes Campilongo e Afonso Arinos de Mello Franco Neto para conselheiros. Todos os mandatos são de dois anos.

Maldaner pede debate sobre a reforma política

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse ontem que a proposta do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) de criação de um "orçamento impositivo", para tornar obrigatória a execução integral das programações que constem das leis orçamentárias, pode significar a preparação para a implantação do regime parlamentarista.

– Não podemos continuar ignorando a crise crônica em que vivem nossas instituições políticas, desde o nascimento da República. Após as eleições municipais, certamente haverá clima e motivação adequada neste Congresso para que a reforma política seja debatida e afinal equacionada – afirmou.

Para Casildo Maldaner, não há dúvida de que o Brasil necessita de um sistema político que ofereça estabilidade e garanta a governabilidade. "E nenhum sistema político merecerá este nome enquanto continuarmos praticando o sistema de voto proporcional unipessoal, o chamado voto per-



Casildo Maldaner critica o sistema de voto proporcional unipessoal e o grande número de partidos

sonalizado, no qual o eleito não se considera comprometido com o partido pelo qual se elegeu. Basta lembrar a banalidade em que se transformou a mudança de partidos neste país a cada legislatura", assinalou.

O grande número de partidos políticos também foi criticado por Casildo Maldaner, que defendeu a existência apenas dos partidos que conquistarem nas urnas um percentual mínimo de eleitores. O senador conclamou todas as forças político-partidárias para debaterem quais instituições servem melhor aos interesses do Brasil.

CRE examina serviço voluntário nas polícias

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) analisa hoje, às 17h30, projeto de lei da Câmara que estabelece normas para a prestação voluntária de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas polícias. A matéria foi aprovada no dia 12 de abril pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e está em exame na CRE por decisão do Plenário.

Relatado pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), o projeto estabelece que os serviços voluntários terão duração de um ano, prorrogáveis por igual período, com participação vedada a menores de 18 anos e maiores de 23 anos.

Além desse item, a comissão também vai deliberar sobre mensagem em que o presidente da República indica Ricardo Luiz Viana de Carvalho, embaixador do Brasil no Zimbábue, para exercer cumulativamente o cargo de embaixador na República do Malauí.

Bezerra propõe incentivo para preservação florestal

Projeto prevê que proprietários de terras poderão deduzir do Imposto de Renda gastos efetuados com reflorestamento

Os proprietários rurais que fizerem a recomposição de áreas de preservação permanente e da reserva florestal legal poderão ter direito a incentivos fiscais. Projeto de lei com esse objetivo foi apresentado pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT). A proposta prevê que as pessoas físicas ou jurídicas proprietárias de terras poderão deduzir do Imposto de Renda devido os recursos aplicados – no ano-base da declaração – em ações de reflorestamento nas áreas definidas pela Lei 4.771/65.

As deduções – no percentual máximo de 20% do Imposto de Renda devido – incluirão os custos de implantação do reflorestamento, bem como os de manutenção das árvores e outras espécies vegetais nos três anos seguintes ao do plantio, de acordo com as especificações exigidas pelo órgão



Bezerra acredita que os incentivos possam ser um marco inicial na solução do problema do reflorestamento

ambiental competente. O valor unitário a ser utilizado para dedução será estipulado anualmente por órgão ambiental federal. Aos órgãos ambientais estaduais caberá fiscalizar os projetos e expedir os certificados de execução.

– Os incentivos de natureza tributária, tais como os propostos neste projeto de lei, podem representar um marco inicial importante na superação dos problemas envolvidos no reflorestamento – diz o senador ao justificar seu projeto.

Senador aponta avanços nas políticas agrícola e fundiária

Uma clara evolução das políticas agrícola e fundiária do país foi identificada pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT). Em discurso no Plenário, Bezerra destacou que está havendo um esforço no sentido de aperfeiçoamento da distribuição de terras para agricultura, de eliminação de latifúndios improdutivos e de estabelecimento de políticas mais visíveis de atendimento das necessidades daqueles que querem produzir, apesar das limitações de recursos.

Na avaliação do parlamentar, os recursos anunciados pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para a safra 1999-2000, que incluem também verbas para obras de infra-estrutura no meio rural, apontam para avanços no campo. Carlos Bezerra cita, ainda, o exemplo de Santa Catarina, com o predomínio das pequenas e médias propriedades, como “modelo de desenvolvimento e de eficiência para os padrões brasileiros”, na área da agricultura e agroindústria.

O senador lembrou que repre-

senta um estado, Mato Grosso, em que a economia está intimamente ligada à produção agrícola, razão pela qual também procura não deixar de apontar as deficiências e as inconsistências da política agrária. Ele disse que já apontou a situação difícil dos pequenos produtores rurais de Mato Grosso, bem como a situação de inadimplência que atinge os grandes produtores.

Com relação ao estado de Mato Grosso, especificamente, o senador lamentou uma redução no número de famílias de trabalhadores sem-terra assentadas, apesar de um aumento de R\$ 23 milhões para R\$ 50 milhões, na safra 99/2000, nos recursos para os assentados. Ele entende que a solução do problema vai esbarrar na crise que se desenha na política estadual, entre o PMDB e o PSDB, partido do governador local. “O superintendente do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) é membro da Executiva do PMDB.”

O senador Carlos Bezerra destacou ainda que, apesar de suas críticas a determinados aspectos

das políticas agrícola e agrária do governo federal, uma medida importante para o assentamento de trabalhadores sem-terra vem sendo anunciada desde o final do ano passado. “Trata-se da anulação do registro de três mil latifúndios, por portaria do Ministério da Reforma Agrária, totalizando 93 milhões de hectares, correspondendo a cerca de quatro vezes a área total do estado de São Paulo”, acrescentou.

Desse total, Mato Grosso entraria com quase 900 mil hectares. E se todas essas terras fossem destinadas a assentamentos, calcula o senador, quase 40 mil famílias poderiam ser beneficiadas. “Os levantamentos realizados apontam para 30 mil trabalhadores sem-terra esperando sua vez, o que nos permite afirmar que sobra terra para reforma agrária em Mato Grosso”, enfatiza Carlos Bezerra, antes de concluir que, no fundamental, falta “vontade política” para avançar na solução do problema no estado.

Lobão cobra reciprocidade nas relações comerciais entre o Brasil e os EUA

As relações comerciais entre Brasil e Estados Unidos devem ser pautadas pela reciprocidade, afirmou ontem o senador Edison Lobão (PFL-MA). Ele se disse perplexo com a informação divulgada pelo embaixador brasileiro em Washington, Rubens Barbosa, de que, enquanto a tarifa média brasileira sobre os 15 produtos mais exportados pelos Estados Unidos é de 14,3%, os americanos cobram 45,6% em média sobre os 15 produtos mais exportados pelo Brasil.

– Os exportadores brasileiros têm de enfrentar as pedras de uma burocracia ainda não superada; têm de mendigar os créditos que nem sempre lhes são concedidos; têm de pagar juros três ou quatro vezes mais caros do que os juros cobrados dos seus concorrentes estrangeiros; sofrem o rigor de tributos em cascata. Como se tudo isso não bastasse, ainda por cima enfrentam as discriminações norte-americanas – assinalou Lobão.

Para o senador, os Estados Unidos deveriam ter mais interesse



Lobão: até o embaixador dos EUA criticou lentidão dos mecanismos brasileiros de comércio exterior

no desenvolvimento brasileiro, em atenção às “nossas tradicionais relações de amizade e parceria”. Lobão lembrou que até mesmo o embaixador norte-americano no Brasil, Anthony Harrington, que tem contestado a acusação de protecionismo contra o seu país, criticou a lentidão dos mecanismos brasileiros de comércio exterior.

Importação de castanha de caju da África é condenada por Alcântara

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) condenou ontem a autorização concedida pelo Ministério da Agricultura para a importação de 26 mil toneladas de castanha de caju *in natura* de vários países africanos, destinadas a seis empresas que beneficiam o produto no Ceará. A operação, sustenta o senador, pode colocar em risco a cultura do caju no Brasil.

O parlamentar reforçou suas suspeitas de algo estranho estar acontecendo na importação desse montante de castanha de caju, uma vez que os produtores cearenses têm expectativa, para este ano de uma excelente safra. Parte do carregamento, acrescenta Alcântara, já se encontra no Porto de Fortaleza, tendo chegado sem que fossem observadas, pelo ministério, as exigências mínimas para certificar a qualidade do material importado.

Lúcio Alcântara disse que há o agravante de o Ministério da Agri-



Lúcio Alcântara adverte que a importação pode colocar em risco a cultura do caju no Brasil

cultura ter concedido a autorização sem a cautela de estabelecer exigências indispensáveis à proteção da produção cearense.

– O fato do descumprimento absoluto de todas as exigências de proteção estabelecidas pelo próprio ministério torna impossível o desembarque dessa primeira partida de castanha de caju – advertiu.



José Jorge: restrições legais vão impedir muitos municípios e estados de receberem recursos

Eleições vão dificultar acesso a verbas da CEF, diz José Jorge

O senador José Jorge (PFL-PE) apresentou em Plenário as explicações da Caixa Econômica Federal sobre as dificuldades enfrentadas pela instituição para transferir com agilidade os recursos, sob sua responsabilidade, incluídos no Orçamento da União do ano 2000. O principal obstáculo, informou o senador, diz respeito aos prazos obrigatórios determinados pela legislação.

José Jorge registrou que a lei eleitoral, que proíbe o repasse de recursos da União para os estados e municípios nos três meses que antecedem as eleições, também comprometerá a agilidade na transferência de verbas orçamentárias. Ele ressaltou que só poderão ser liberados os recursos destinados a obra ou serviço em andamento e com cronograma fixado, e os destinados a atender situações de emergência ou calamidade pública.

— A data-limite para o efetivo início das obras para o ano corrente é 30 de junho próximo. Conclui-se que o prazo legal para a contratação das obras que são objeto de emendas orçamentárias, assim como de seu início físico efetivo, limitou-se este ano a 14 dias úteis — estima José Jorge.

José Jorge lembrou ainda que a legislação impõe condições para liberar os recursos, como a verificação da situação de adimplência dos proponentes junto ao INSS e à União Federal, mediante apresentação de certidões ou por meio de pesquisa prévia junto aos cadastros mantidos pelo governo federal.

A conclusão do senador é que embora a expectativa da CEF seja a de poder celebrar todos os contratos até 30 de junho próximo, é improvável que no espaço de tempo restante as administrações públicas beneficiárias possam ter os projetos executivos, os orçamentos aprovados, as licitações concluídas, os contratos firmados e as obras iniciadas, de modo a habilitarem-se a repasses de recursos no decorrer do período pré-eleitoral.

Saturnino quer saber como o Fundef tem sido aplicado no AP

Parlamentar encampa pedido do governador João Capiberibe para que o MEC apure se recursos do fundo foram desviados no estado

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) ratificou pedido do governador do Amapá, João Alberto Capiberibe, ao ministro da Educação, Paulo Renato Souza, para que uma equipe técnica do ministério investigue denúncias feitas pelo deputado federal Sérgio Barcellos (PFL-AP) e pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP) de desvio de recursos do Fundef no estado. Saturnino também fez um apelo ao ministro da Justiça, José Gregori, e ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, para que acelerem as investigações sobre o tráfico de drogas no estado, a partir de acusações feitas pela CPI do Narcotráfico.

Saturnino afirmou que o governador João Capiberibe, que integra os quadros do seu partido, está sendo atacado com acusações falsas que o apontam como respon-



Saturnino também pediu maior rapidez nas investigações sobre a ação do narcotráfico no Amapá

sável por um suposto desvio de verbas dos recursos do Fundef, fundo destinado à educação fundamental. Ele acrescentou que, para garantir a sua isenção, a apuração dos fatos deve ser feita por entidades federais.

— Tudo o que nós, do PSB, queremos é que as apurações sejam feitas com a maior serenidade e celeridade possíveis. O que nos interessa é a apuração dos fatos, porque, evidentemente, as correções e punições virão certamente. As investigações têm que ser feitas pelo poder federal, já que os poderes estaduais estão se confrontando no momento. O governo do estado está sendo acuado pelo Legislativo, pelo Tribunal de Justiça e pelo Tribunal de Contas — afirmou o senador pelo Rio de Janeiro.

No ofício enviado ao ministro da Educação, Paulo Renato Souza, o governador Capiberibe afirma que seu governo tem demonstrado transparência na aplicação de recursos públicos e possui toda a documentação comprobatória da correta aplicação dos recursos do Fundef no Amapá.

Ernandes Amorim nega ter posto em dúvida a integridade dos senadores

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) negou a versão, publicada na última quinta-feira pelo *Jornal do Brasil*, de que ele teria afirmado que “se a polícia for chamada, o Senado fica vazio”. Ernandes esclareceu que jamais fez tal afirmação e ela é de exclusiva responsabilidade do jornal. Conforme a versão contestada pelo senador, a frase teria sido feita durante a reunião do Conselho de Ética que apreciou o relatório de Jefferson Péres (PSDB-AM) pedindo a cassação do senador Luiz Estevão (PMDB-DF).

— Face aos fatos relatados, inclusive o entendimento de que má fama seja motivo de cassar mandato, eu disse que muitos senadores, por pouco ou por muito, têm seus problemas. E isso é verdade. Qual a liderança política nesse país que nunca foi acusada por um adversário? Apenas os inexpressivos, quem é zero à esquerda, não incomodam ninguém. Só esse tipo de gente nunca foi difamado — disse o senador Ernandes Amorim.

Sobre comunicado que recebeu de que seria chamado para explicar-se perante o Conselho



Na opinião de Amorim, cassação só deve ocorrer após comprovação de prática de ato ilícito

de Ética em virtude de seu pronunciamento na reunião anterior do próprio conselho, Ernandes Amorim disse estar tranquilo e garantiu não ter faltado com o respeito perante os demais parlamentares. “A falta de respeito é do jornal para com o Senado, porque a imprensa não pode colocar um senador em xeque diante dos colegas”, comentou.

Ernandes Amorim reiterou suas opiniões em relação ao processo de cassação de Luiz Estevão. No seu entender, para cassar um mandato conferido pelo

povo, não bastam “calúnias de jornais”, denúncias de partidos políticos, do Ministério Público ou da Polícia Federal. Para o senador, a cassação só deve ser adotada após apuração que comprove a prática do ilícito denunciado. “Não basta a denúncia”, afirmou Amorim.

FLORESTA

Outro assunto abordado por Ernandes Amorim foi sua participação, no último final de semana, em uma reunião com 2 mil pessoas que estão sendo ameaçadas de ser despejadas da Floresta Nacional de Bom Futuro, em Buriti (RO), pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Ele informou que a bancada federal do estado se reunirá com o ministro Raul Jungmann em busca de um entendimento.

Em aparte, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) disse que o governo precisa encontrar uma solução que não prejudique as famílias que já estão instaladas no local. Ele defendeu a sugestão apresentada por Ernandes Amorim, de remanejar parte da área de preservação para outro local.

Ademir cobra maior atenção do governo com o Iphan

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) denunciou o “quadro desalentador” por que passa o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Ele destacou especialmente o tratamento dispensado pelo governo federal ao quadro de funcionários do instituto.

Segundo o parlamentar, a situação é extremamente preocupante, uma vez que profissionais qualificados e com vários anos de experiência estão ganhando salários em torno de R\$ 1 mil.

— É preciso que sejam tomadas medidas urgentes, capazes de recuperar a auto-estima e a dignidade de profissionais que lidam diretamente com uma das questões mais estratégicas para a consolidação de uma nação: sua identidade cultural — enfatizou o senador Ademir Andrade.

O Iphan conta com 1.200 servidores para cuidar de 41 museus, um espaço cultural, 920 bens tombados (totalizando 16 mil edificações), sítios históricos e até cidades inteiras — tais como Brasília e Ouro Preto, ambas declaradas Patrimônio da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco). O Iphan, disse o senador pelo Pará, vem enfrentando “desafios permanentes” no que diz respeito à administração de recursos orçamentários e humanos.

Ademir Andrade entende que as parcerias feitas pelo Iphan com empresas privadas e a linha de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento permitiram um aumento considerável de seu raio de ação. Mesmo assim, sustenta, “não se pode esperar que o estado transfira à iniciativa privada a responsabilidade pela preservação do patrimônio cultural”.

O senador criticou ainda os gastos de R\$ 14 milhões feitos pelo governo brasileiro em recente exposição em Hannover, na Alemanha, para uma iniciativa, na sua opinião, de caráter “efêmero, de retorno duvidoso e incerto”. Segundo ele, essa verba teria melhor destinação se tivesse sido utilizada “na valorização e desenvolvimento de recursos humanos envolvidos no esforço constante de fiscalizar, divulgar e promover a cultura brasileira”.

Osmar Dias sugere fundo para solucionar dívidas municipais

Segundo o senador, projeto de lei complementar busca o equilíbrio estrutural das contas públicas, permitindo o crescimento econômico

Projeto de lei complementar de autoria do senador Osmar Dias (PSDB-PR), que será examinado pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE), estabelece a consolidação das dívidas municipais e cria o Fundo Nacional de Extinção de Endividamento, a fim de administrar o processo de securitização desses débitos. O senador entende ser essa a solução para o equilíbrio estrutural das contas públicas, permitindo não só o crescimento econômico, mas também a viabilidade

das futuras gestões estaduais e municipais.

Para que a lei possa atingir plenamente o seu objetivo, Osmar explicou que “é preciso permitir que os chamados esqueletos fiscais sejam todos identificados e isolados das contas públicas”. Segundo ele, isso é muito mais grave quando se analisa a questão dos municípios.

— O objetivo do projeto de lei é propiciar que os municípios possam tornar os seus balanços realistas, explicitando passivos que têm origem em administrações anteriores. Ora, a recente renego-

ciação das dívidas municipais beneficiou os municípios que tinham débitos financeiros, principalmente os grandes municípios. Busco permitir a securitização dessas dívidas, limpando definitivamente os passivos implícitos que existem nas contas públicas municipais — afirmou.

O senador lembrou que os municípios que não conseguiram renegociar o conjunto de suas dívidas ficaram prejudicados e entraram na nova fase de estabilização de fiscal “de maneira precária e desequilibrada”.

Instituto Teotônio Vilela apresenta filme sobre o mito do Padre Cícero

O Instituto Teotônio Vilela, do PSDB, promove na quarta-feira o pré-lançamento do filme *Milagre em Juazeiro*, do diretor Wolney Oliveira. Ele conta o surgimento do mito do “Padim Ciço”, no final do século 19, no Cariri, interior do Ceará. O filme será exibido às 18h30, no Auditório Petrônio Portella, do Senado Federal.

Como presidente do Instituto Teotônio Vilela, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) destacou a importância de *Milagre em Juazeiro*. Segundo ele, o filme contribui para o esclarecimento de aspectos de um dos grandes fenôme-

nos que marcaram a história nordestina naquele período, o fanatismo religioso.

— Através desse trabalho, que mescla documentário e ficção, podemos conhecer melhor os polêmicos fatos que envolveram o nascimento de uma liderança que transcendeu o Cariri e o próprio Ceará, alcançando todo o Nordeste — ressaltou Lúcio Alcântara.

O senador entende que o desenvolvimento da indústria audiovisual brasileira é uma das exigências para o país manter sua identidade. Ele tem participado das reuniões da Subcomissão do Cinema Brasileiro — uma iniciativa do Senado para contribuir com o crescimento des-



O mito do Padre Cícero — popularmente “Padim Ciço” — surgiu no final do século 19, no Cariri, interior do Ceará

sa indústria — e antecipou que, sempre que possível, pretende promover a mostra de filmes como *Milagre em Juazeiro* no Instituto Teotônio Vilela.

“MILAGRE”

Segundo o diretor, o filme conta a história do episódio de enorme impacto na vida da comunidade da região do Cariri, em torno do qual surgiu o mito do padre. Corria o ano de 1889 e o personagem era o pároco de Vila Juazeiro, na região sul do Ceará. Depois de officiar a missa de domingo, ele deu comunhão aos fiéis, entre os quais a beata Maria de Araújo. Ao tocar-lhe a boca, a hóstia transformou-se em sangue.

Milagre em Juazeiro mostra a reação da Igreja diante do “milagre”, que se tornou o centro de uma grande polêmica. Expressando o desagrado da Igreja, o bispo de Fortaleza enviou dois padres e um médico para verificar a veracidade dos fatos. Segundo alguns historiadores, a beata sofria de escorbuto, doença que provoca sangramento das gengivas.

O episódio fortaleceu a crença de que o padre seria um santo e a beata, um instrumento de Deus. O bispo enviou uma nova comissão para avaliar os milagres, que foram considerados farsa. O padre Cícero foi proibido de realizar atos litúrgicos e sofreu implacável perseguição por parte da Igreja, culminando com sua excomunhão.

Exibido no 32º Festival de Brasília, em 1999, *Milagre em Juazeiro* obteve menção honrosa pela inventiva articulação entre documentário e ficção. Seu diretor, Wolney Oliveira, é formado pela Escola Internacional de Cinema e Televisão de Havana, Cuba. Atualmente, ele dirige a Casa Amarela Eusébio Oliveira (Departamento de Cinema e Vídeo da Universidade Federal do Ceará). Wolney também é o responsável pela mostra Cine Ceará de Cinema e Vídeo, que já está em sua décima edição.



Osmar Dias pretende identificar e isolar das contas públicas os chamados “esqueletos fiscais”

Fala, Cidadão

Nesta seção, o *Jornal do Senado* publica perguntas dirigidas aos senadores, abordando questões relevantes em debate no Congresso Nacional. Você pode participar telefonando para:



Paulo José, de Brasília (DF), pergunta

Senador Geraldo Cândido (PT-RJ) responde

“Qual o conteúdo da matéria *Introdução à Comunicação Social* proposta por V. Exa. para inclusão no currículo do Ensino Fundamental e Ensino Médio?”

“Prezado Paulo José,

Com meus cordiais cumprimentos registro o recebimento de sua mensagem datada de 13 de junho próximo passado, através do programa Voz do Cidadão, e venho informar a V. S^a. sobre o projeto *Introdução à Comunicação de Massa* no currículo escolar, conforme sua solicitação.

Inicialmente, informo-lhe que o projeto propõe a inclusão do tópico curricular ou o ensino da “*Introdução à Comunicação de Massa*” nos cursos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, a ser ministrado por bacharéis em *Comunicação Social*.

Nesse sentido, entendo que o processo educativo também se realiza, e nos dias de hoje, de maneira mais efetiva, através dos meios de comunicação. Atualmente existe uma enorme brecha entre a preocupação da sociedade com a educação formal e o modo como os chamados veículos de comunicação de massa (televisão, rádio, jornal, revista, etc.) exercem sua função educadora, sem um quadro explícito de responsabilidade social.

Entender o funcionamento, o papel e a função social dos meios de comunicação é um elemento fundamental para a compreensão de uma realidade que navega na velocidade da Internet. Por isso, a inclusão do ensino da “*Introdução à Comunicação de Massa*” como tópico curricular no Ensino Médio, tem como objetivo central dar uma visão geral ao estudante do funcionamento destes veículos.

A informação, que deve ser entendida como um bem social, e não como mercadoria, é cada vez mais um fator de qualificação dos futuros profissionais. Portanto, o estudante deve também ser preparado para absorver, processar e utilizar as informações da mídia, tanto na vida pessoal quanto profissional.

Sendo o que se nos apresenta no momento, colocome ao seu dispor para esclarecimentos adicionais que se façam necessários e valho-me da oportunidade para reiterar os protestos de apreço e consideração.”

Agnelo defende ensino pago nas universidades



O ensino pago em universidades públicas é o tema de entrevista com o senador Agnelo Alves (PMDB-RN) que vai ao ar hoje, às 3h30, 7h30 e 20h30 na TV Senado. O senador solicitou a constituição de um grupo de trabalho, no âmbito da Comissão de Educação, para estudar o assunto.

Agnelo Alves lembra que tramitam no Congresso Nacional diversos projetos reservando percentuais de vagas nas universidades públicas para os alunos originários da rede pública de ensino. Ele ressaltou que esses alunos são minoria na universidade pública, onde a maioria é formada por estudantes que podem pagar pelo ensino.

Porto fala sobre projeto que viabiliza condomínios rurais

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) fala à TV Senado sobre projeto de lei de sua autoria que pretende viabilizar a formação de condomínios rurais para a contratação de trabalhadores temporários para a prestação de serviços nas propriedades que compõem o condomínio.

Pelo projeto, os condomínios de produtores rurais são equiparados, em termos de arrecadação previdenciária, aos produtores rurais individuais, ou seja, 2,7% sobre a folha de pagamentos mais os 2,5% do Funrural. A entrevista vai ao ar hoje, às 9h30.



"Minha vida pública sempre foi uma seqüência de práticas transparentes e dignas", diz Nabor

Nabor Júnior quer que o Conselho de Ética peça explicações a Tião Viana

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) pediu em Plenário, ontem, que o presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), convoque o senador Tião Viana (PT-AC) para que explique acusação, feita na última sexta-feira, de que Nabor teria recebido R\$ 5 milhões para apoiar o senador Luiz Estevão (PMDB-DF), durante votação do relatório que pede a cassação do representante do Distrito Federal por quebra de decoro parlamentar. Nabor quer que Tião Viana forneça o nome de quem teria "comentado" o assunto, conforme palavras do senador do PT. Caso Viana não diga o nome, Nabor Júnior pede, formalmente, abertura de processo contra Tião Viana por abuso de prerrogativas constitucionais decorrentes do exercício de seu mandato.

— Fui vítima de uma violenta, covarde e injuriosa agressão por parte do senador Tião Viana, que, sibilamente, acusou-me de haver recebido dinheiro a pretexto de meu voto na reunião do Conselho de Éti-

ca, realizada na última quarta-feira — afirmou Nabor Júnior.

Na sexta-feira, Tião Viana disse que existem comentários de que Nabor recebeu R\$ 5 milhões pelo voto favorável a Luiz Estevão no Conselho de Ética, ressaltando, no entanto, que comentários não têm valor de prova. Nabor Júnior classificou a afirmação de grave, sórdida e não assumida. Para ele, tais insinuações o enquadriam, se verdadeiras, em quebra de decoro parlamentar.

— Minha vida pública sempre foi uma seqüência de práticas transparentes e dignas, que não podem ser enxovalhadas por insinuações maldosas e levianas como essa. Se houver qualquer prova concreta de culpa no episódio, exijo que seja apurada e que as penalidades correspondentes me sejam aplicadas com toda severidade — desafiou o senador. Ele ressaltou que as denúncias que fez, na própria sexta-feira, ao governador do Acre, Jorge Viana, irmão do senador do PT, foram expressas, citando os nomes e os títulos dos acusadores.



Tião Viana afirmou estar surpreso com o pedido para que seja convocado pelo Conselho de Ética

Viana: Nabor deveria desculpar-se por agressão verbal a governador do AC

O senador Tião Viana (PT-AC) lamentou ontem em Plenário a decisão do senador Nabor Júnior (PMDB-AC) de pedir sua convocação para prestar esclarecimentos no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Dizendo-se surpreso com a decisão de Nabor, Tião Viana rebateu as acusações de que fora leviano e afirmou que, em seu pronunciamento, estaria apenas reagindo às injúrias feitas pelo senador do PMDB contra o governador do Acre, Jorge Viana, que é seu irmão.

Nabor Júnior havia afirmado que, na campanha eleitoral de 1998, Jorge Viana teria recebido dinheiro do ex-governador Orleir Cameli, acusado de corrupção. Em resposta, Tião Viana mencionou comentários de que Nabor recebera R\$ 5 milhões para votar, no Conselho de Ética, contra o parecer que pede a cassação do senador Luiz Estevão (PMDB-DF).

— O senador Nabor Júnior deveria pedir desculpas pela agressão covarde e injuriosa praticada

contra o governador do Acre, meu irmão, feita minutos antes de minha afirmação. Nabor acusou a honra do meu irmão de uma maneira vil. Nós adotamos a seguinte decisão: a cada 90 acusações difamantes contra a integridade da minha família, do meu irmão, nós vamos responder com apenas uma. Foi exatamente o que fiz nesta Casa — justificou Tião Viana.

Afirmando não ter interesse em denegrir a imagem de Nabor Júnior, o senador pelo PT disse apenas ter respondido na mesma medida.

— Não é justo que se façam acusações como essas, sabendo dos riscos de agressão à integridade física que hoje sofre o governador do Acre, sua filhinha de três anos e meu pai, Wildy Viana, um homem de 73 anos de idade — respondeu Tião Viana, mencionando depoimentos de matadores de aluguel, gravados em fita-cassete, que comprovariam o risco que o governador do Acre estaria correndo.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO HOJE

6h30 — *Cidadania*: Sen. Lauro Campos e o cineasta Silvio Tendler falam sobre o filme *Castro Alves — Retrato Falado de um Poeta*
7h30 — *Entrevista*: Sen. Agnelo Alves fala sobre o ensino pago nas universidades
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *TV Escola* — Paisagens brasileiras: Alemães no Brasil — Pomerode (SC)
9h — *Cores do Brasil* — Turismo em Alagoas
9h30 — *Entrevista*: Sen. Arlindo Porto fala sobre o trabalho rural
10h — Comissão de Assuntos Econômicos (vivo)
Logo após — Comissão de Educação

14h30 — Sessão Plenária (vivo)
Logo após: Comissão de Relações Exteriores (vivo)
20h30 — *Entrevista*: Sen. Agnelo Alves fala sobre o ensino pago nas universidades
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

ESTA PROGRAMAÇÃO ESTÁ SUJEITA A ALTERAÇÃO EM FUNÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO

RÁDIO SENADO HOJE

8h — *Agenda Senado*. Em seguida — Música e informação

10h — Comissão de Assuntos Econômicos. Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (vivo). Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*. Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta — Edição Nordeste*. Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste*. Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste*. Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BSB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Paulo Souto cobra punição no caso Nominatto

Para o senador, as decisões judiciais referentes à dilapidação do patrimônio do garoto Luís Gustavo Nominatto têm sido tomadas com o objetivo de evitar a apuração das responsabilidades. A denúncia teve grande repercussão na CPI do Judiciário

O senador Paulo Souto (PFL-BA), que presidiu a CPI do Judiciário, demonstrou ontem preocupação com o andamento do caso do menor Luís Gustavo Nominatto, cuja fortuna, deixada por seu pai e gerida por um conselho nomeado pelo então juiz Asdrubal Cruxên, teria sido completamente dilapidada. Dentre as inúmeras denúncias encaminhadas à CPI, essa foi uma das que alcançaram maior repercussão. Durante sete anos, o patrimônio do espólio foi administrado pelo conselho, que teria reduzido a herança do menor a dívidas.

— A sensação é que as decisões judiciais referentes a ações propostas pelo menor, contestando os pro-

cedimentos do inventário, sempre tomadas a seu desfavor, têm o objetivo de liquidar a questão, evitando o levantamento das responsabilidades — avaliou o senador.

Ele disse estranhar especialmente a reforma, pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal, de sentença da Segunda Vara Cível de Brasília, anulando a contestada operação de venda do Consórcio Itapemirim, que pertencia ao espólio. Paulo Souto lembrou que a Itapemirim foi a última das dez empresas a ser vendida pelos administradores aos sócios minoritários, que coincidentemente eram membros do próprio conselho.

— Estou convencido de que Luís Gustavo trava uma luta desigual. Esse foi o caso de investigação mais difícil, tanto pelo fato de ter se passado há muitos anos como pelo emaranhado de informações desconstruídas e incompletas nos numerosos inquéritos e ações já em andamento — observou Paulo Souto.

O senador contestou ainda a alegação de que as dívidas do espólio eram anteriores à gestão do conselho. Ele questionou também o enriquecimento dos administradores, ocorrido ao mesmo tempo em que o patrimônio do menor era dilapidado. Para Paulo Souto, os membros do conselho de administração foram no mínimo in-



Paulo Souto considera que o caso foi o de mais difícil investigação pela CPI do Judiciário

competentes. Embora afirmando que a CPI não acusou formalmente os membros do conselho e tampouco o juiz Cruxên, responsável pela nomeação dos sócios minoritários como gestores, o senador voltou a responsabilizá-los pela situação do menor.

Em apartes, os senadores Geraldo Melo (PSDB-RN) e Ernandes Amorim (PPB-RO) comentaram os trabalhos da CPI do Judiciário e lembraram que a administração pública também foi responsável pela liberação indevida de recursos para o Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo e para o Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba.

Ademir aponta falta de investimento como causa do aumento da malária

A falta de investimentos por parte do governo no setor de saúde, resultando no aumento de doenças endêmicas no país, principalmente a malária, foi criticada pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA). Segundo o parlamentar, somente no seu estado, o Pará, a incidência da malária apresentou um crescimento de 34% entre 1998 e 1999, saltando de 179 mil casos para 240 mil. Apenas no município paraense de Nova Esperança do Piriá, salientou, 5.296 pessoas foram contaminadas numa população de 19 mil habitantes.

Para o senador, o aumento da incidência de doenças como a malária, febre amarela e dengue é resultado da insuficiência de dotações orçamentárias, de investimentos que não acompanham a expansão demográfica e do que classificou de desvios no emprego dos recursos da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Ele citou como exemplo o ano de 1997, quando foram alocados R\$ 445,762 milhões do orçamento para drena-



Ademir Andrade: os casos de malária no Pará aumentaram 34% entre 1998 e 1999

gem de áreas endêmicas e controle de doenças como a malária, mas somente R\$ 188,615 milhões foram efetivamente gastos. Em 1999, acrescentou, foram aprovados no orçamento R\$ 319,712 milhões e gastos apenas R\$ 180,749 milhões.

— Vejam que o decréscimo nos investimentos no combate das doenças endêmicas coincide com o crescimento da doença — ressaltou.

Conforme o parlamentar paraense, quem transmite doenças como a febre amarela, a dengue e a malária “não são os insetos, mas o subdesenvolvimento”. Na sua opinião, essas doenças são moléstias típicas de países paupérrimos, como os da África, em que as condições de vida são precárias e faltam recursos para campanhas de prevenção. No caso do Brasil, afirmou, os investimentos em saúde pública não assumem caráter de prioridade.

— Não é simplesmente um mosquito que transmite a malária e outras doenças do gênero: é a condição subumana em que vive a nossa população.

RISCOS E PREJUÍZOS

O Brasil gasta R\$ 61,2 bilhões por ano (7% do PIB) para tratar problemas decorrentes do álcool, o dobro da riqueza gerada com a produção das bebidas alcoólicas

O álcool está associado



à metade das mortes no trânsito

Problemas causados pelo uso crônico de bebidas alcoólicas:

- Pancreatite
- Hipoglicemia
- Hipertensão
- Arritmias
- Anemia
- Cirrose

Fontes: Grupo de Estudos do Hospital das Clínicas de SP e Denstren

Para Tião Viana, propaganda de bebida alcoólica deve ser proibida

Em pronunciamento no Plenário ontem, o senador Tião Viana (PT-AC) defendeu a aprovação de projeto em tramitação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) que proíbe a propaganda de bebidas alcoólicas e de cigarros.

Segundo disse, o alcoolismo é “o maior problema de saúde pública” no país. O senador lamentou que a pressão contra bebidas alcoólicas seja tão tímida se comparada à exercida em relação aos cigarros.

— O alcoolismo é uma doença tão ou mais grave do

que o uso do tabaco. A proibição da propaganda de ambas as substâncias tem que andar juntamente, porque representa o mesmo agravo à saúde — afirmou. Tião Viana citou dados de um grupo de estudos do Hospital das Clínicas de São Paulo, segundo o qual o alcoolismo é responsável por 80% das internações psiquiátricas. De acordo com o estudo, o Brasil gasta R\$ 61,2 bilhões por ano para tratar problemas decorrentes do álcool, o que corresponde a 7% do Produto Interno Bruto (PIB). Já os gastos com a produção de

bebidas alcoólicas alcançam o equivalente a 3,5% do PIB. Viana informou ainda que o mal atinge 15% da população brasileira. O senador, que é médico, citou, entre outros problemas de saúde causados pelo uso crônico de bebidas alcoólicas, a hipoglicemia, cirrose, hipertensão, arritmias, anemia e pancreatite. Além de ser causa de sérios problemas de saúde, frisou o senador, o álcool é responsável por metade das mortes em acidentes de trânsito.